

JOVENS TRABALHANDO POR PLATAFORMAS DE MOBILIDADE URBANA: UMA NOVA REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

YOUNG PEOPLE WORKING THROUGH URBAN MOBILITY PLATFORMS: A NEW
REALITY IN THE JOB MARKET

Thaís Aguiar dos Santos¹

Felipe Neres Ferreira²

Ana Aparecida Morais de Oliveira³

RESUMO: O presente artigo busca compreender a inserção de jovens no trabalho por plataformas de mobilidade urbana em Sinop, Mato Grosso, investigando os motivos que levam parte da população a optar por esse tipo de ocupação, que vem ganhando espaço na sociedade nos últimos tempos. A pesquisa parte da investigação com jovens entre 18 e 24 anos, pois a busca por essa ocupação tem sido crescente, a chamada "uberização". O estudo busca compreender como essa forma de trabalho está relacionada a questões como direitos, precarização, flexibilização e proteção social. A fundamentação da pesquisa apresentada baseia-se na relação entre juventude e trabalho, dialogando com autores das ciências sociais que analisam esses fatores no ambiente de trabalho.

1

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Precarização. Uberização.

ABSTRACT: This article seeks to understand the insertion of young people into work through urban mobility platforms in Sinop, Mato Grosso, investigating the reasons that lead part of the population to opt for this type of occupation, which has been gaining ground in society in recent times. The research is based on an investigation with young people between 18 and 24 years old, as the search for this occupation has been growing, the so-called "uberization". The study seeks to understand how this form of work is related to issues such as rights, precariousness, flexibility, and social protection. The research presented is based on the relationship between youth and work, engaging with authors from the social sciences who analyze these factors in the work environment.

Keywords: Youth. Work. Precarious Employment. Uberization.

¹ Pós-graduada em Juventude e transformações sociais contemporâneas. Licenciada em Pedagogia. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

² Pós-graduando em Juventude e transformações sociais contemporâneas. Licenciado em Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

³ Doutoranda em Desenvolvimento Socioeconômico (UNESC), com período sanduíche na Universidad Nacional de Entre Ríos – UNER/Argentina. Mestre em Política Social, Estado e Direitos Sociais. Especialista em Direito Empresarial e Relações do Trabalho. Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

I INTRODUÇÃO

A juventude contemporânea tem enfrentado transformações significativas nas formas de trabalho, inclusive, observa-se o crescimento da informalidade, que tem levado muitos jovens a buscarem alternativas para garantir ou complementar sua renda no formato informal. Nesse contexto, o trabalho por plataformas digitais, como o se apresentado como uma alternativa cativante.

Em Sinop-MT, a economia é diversificada. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a cidade apresenta uma distribuição equilibrada entre os setores econômicos, refletindo uma estrutura diversa e dinâmica; ainda assim, muitos jovens têm optado por trabalhar como motoristas.

A participação de jovens como motoristas de aplicativos reflete mudanças nas formas de organização do trabalho. Apesar de estarem inseridos em sistemas digitais modernos, esses jovens enfrentam rotinas exaustivas, remunerações instáveis e ausência de direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro e previdência social. A suposta autonomia oferecida por esses tipos de trabalho muitas vezes esconde relações de trabalho marcada por estabilidade.

Este estudo parte da hipótese de que a inserção no trabalho por plataformas está mais relacionada com a falta de oportunidades, do que a uma escolha consciente baseada na autonomia de ser um prestador de serviço. Assim, busca-se compreender os motivos que levam o jovem sinopense a optar por esse tipo de ocupação, analisando a precarização desse trabalho e suas implicações sociais e econômicas.

Nesse contexto, torna-se fundamental investigar as condições estruturais do mercado de trabalho local que condicionam as trajetórias ocupacionais dos jovens em Sinop. A ausência de postos de trabalho formais, combinada com as exigências crescentes de qualificação profissional e experiência prévia, configura um cenário de exclusão que empurra parcelas significativas da juventude para formas alternativas de geração de renda.

O trabalho por plataformas digitais emerge, não como expressão de empreendedorismo ou flexibilidade desejada, mas como estratégia de sobrevivência diante de um mercado laboral restritivo e seletivo. Essa dinâmica revela contradições profundas entre o discurso da autonomia propagado pelas empresas de aplicativo e a realidade concreta de vulnerabilidade, instabilidade e ausência de proteção social vivenciada pelos trabalhadores, especialmente pelos mais jovens.

que ingressam nesse modelo de trabalho sem garantias trabalhistas ou perspectivas de mobilidade social ascendente.

2 JUVENTUDE E TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A compreensão da relação a inserção de jovens no trabalho por plataformas digitais exige uma análise das transformações contemporâneas que caracterizam tanto o conceito de juventude quanto as formas de organização dos meios de trabalho. Segundo Druck (2007), a precarização do trabalho não deve ser visto como um episódio isolado, mas como um processo estrutural contemporâneo quanto a relação com o trabalho. As transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir dos últimos anos, pós pandemia, intensificaram a idealização de flexibilização, terceirização e autonomia, atingindo especialmente os jovens que buscam sua independência financeira e a inserção no mercado de trabalho.

As plataformas digitais de trabalho, como os aplicativos de mobilidade urbana, inserem-se no contexto de reconfiguração de trabalho. Para muitos jovens, o trabalho como motorista de aplicativo surge como uma alternativa diante da ausência de oportunidades formais, da necessidade de conciliar estudo e renda, ou da busca por uma aparente flexibilidade de horários. No entanto, essa "flexibilidade" vem com um preço, de jornadas exaustivas, retorno financeiro instáveis e ausência de direitos trabalhistas.

3

2.1 O trabalho na perspectiva crítica

O trabalho é considerado algo fundamental na vida social, na perspectiva do materialismo histórico, o trabalho é a atividade pela qual o ser humano transforma a natureza e automaticamente, transforma a si mesmo. No entanto, de acordo com o modo de produção capitalista, o trabalho é uma ação alienada e explorada, onde o trabalhador é separado dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. Dificultando a possibilidade de quem auxiliou a criação de um produto, adquirir o mesmo. Para Antunes (2018), no capitalismo contemporâneo, o trabalho mantém sua centralidade social, porém assume formas cada vez mais precarizadas e submetidas a mecanismos de exploração e controle.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, foi possível visualizar mudanças significativas no mundo do trabalho, marcadas por uma reestruturação que se apresenta sob o discurso da flexibilização e da autonomia. No entanto, esse movimento, longe de representar apenas avanços, resulta em um processo de precarização. Essa precarização pode

ser observada em diversas dimensões, especialmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas, os quais foram conquistados ao longo de muitos anos por meio de lutas históricas da classe trabalhadora, como a definição da carga horária, o vínculo empregatício formal e a garantia de um salário-mínimo. Na nova modalidade de trabalho uberizado, os prestadores de serviço seguem justamente o caminho oposto dessas conquistas, uma vez que atuam sem estabilidade, sem garantias legais e sem proteção social. Dessa forma, esse modelo intensifica a fragilização das relações de trabalho e aprofunda a desproteção social, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas, reforçando um cenário de insegurança e instabilidade para os trabalhadores.

2.2 A plataformaização e a "Uberização" do trabalho

O fenômeno da plataformaização do trabalho representa uma nova etapa na precarização do trabalho. As plataformas digitais, apresentadas como mediadoras neutras entre a oferta e demanda de serviços, estabelecem na prática formas de controle e gestão do trabalho que combinam elementos tradicionais de subordinação com novas tecnologias de vigilância e avaliação.

O termo “uberização” passou a ganhar destaque nesse processo, não se referindo apenas ao modelo específico da empresa Uber, mas a um conjunto mais amplo de práticas que caracterizam o trabalho por plataformas digitais. Nesse tipo de trabalho, é possível identificar diversas condições impostas pela própria plataforma, como o fato de ela decidir o valor da corrida e o percentual que será repassado ao motorista. Não existe sindicato, acordo coletivo ou qualquer tipo de negociação caso a plataforma decida pagar mais ou menos, o que evidencia a ausência de equilíbrio dessa relação. Além disso, há o estabelecimento de metas e padrões de desempenho que, embora o trabalhador seja classificado como autônomo, funcionam como regras disfarçadas, já que existem mecanismos como taxa de cancelamento, tempo de resposta e número de corridas aceitas, sendo tudo contabilizado e monitorado. Esse controle ocorre por meio de sistemas de avaliação e algoritmos, que regulam o ritmo e a permanência do trabalhador na plataforma.

O algoritmo e, é claro, a mensuração necessária para que ele seja eficaz, são, portanto, parte de uma longa história de gestão do trabalho, um processo que envolve, impreverivelmente, tentativas de supervisionar, controlar, motivar e disciplinar os trabalhadores. (ANTUNES, 2020, p. 45)

Além disso os custos operacionais, como o desgaste do veículo e qualquer tipo de manutenção, são de inteira responsabilidade do trabalhador, além da ausência de reconhecimento do vínculo empregatício, o que reforça ainda mais a precarização e a desproteção trabalhista.

Para os trabalhadores, especialmente os jovens, o trabalho por plataformas muitas vezes se apresenta como a única alternativa diante do desemprego e da falta de oportunidades formais. A promessa de flexibilidade e autonomia, constantemente reforçada pelo discurso das plataformas, entra em contradição com a realidade vivenciada no dia a dia, marcada por jornadas longas e exaustivas, rendimentos instáveis, ausência de direitos trabalhistas e exposição a diversos riscos ocupacionais.

A chamada “autonomia” do trabalhador de plataforma revela-se, na prática, como uma forma mascarada de subordinação. Mesmo não existindo um controle direto e permanente, os algoritmos passam a exercer esse papel, definindo quem recebe os chamados, estabelecendo os valores dos serviços e avaliando o desempenho. Essa gestão algorítmica do trabalho configura uma forma de controle.

2.3 A realidade de trabalhos por plataformas em Sinop-MT

5

Em Sinop-MT, o crescimento do trabalho por plataformas de mobilidade urbana é evidente, mas com características e empresas próprias, isso mostra que esse modelo se expandiu para além das grandes metrópoles, alcançando cidades médias do interior.

A observação do cotidiano da cidade permite identificar a presença significativa de jovens entre os motoristas de aplicativo. Essa constatação, embora ainda careça de dados quantitativos precisos, leva a questionamentos sobre os motivos que levam jovens sinopenses a optarem por essa forma de trabalho e sobre as condições de trabalho a que estão submetidos.

É possível levantar algumas hipóteses iniciais sobre os fatores que conduzem jovens ao trabalho por plataformas em Sinop. A necessidade de conciliar trabalho e estudo pode ser um desses fatores, visto que a suposta flexibilidade de horários oferecida pelas plataformas aparece como atrativa para estudantes que precisam complementar a renda. A dificuldade de inserção no mercado formal, especialmente para jovens sem experiência profissional prévia ou qualificação específica, também pode impulsionar a busca por alternativas no trabalho informal.

Além disso, a insuficiência dos rendimentos obtidos em outras ocupações pode fazer com que o trabalho por plataformas, mesmo com todos os seus riscos e instabilidades, apresente-se

como uma opção relativamente mais vantajosa em termos de possibilidade de ganhos. É importante ressaltar, no entanto, que essa percepção de vantagem geralmente não leva em conta os custos reais envolvidos na atividade, como manutenção do veículo, combustível, depreciação do patrimônio nem os riscos.

As condições de trabalho vivenciadas pelos motoristas de plataforma incluem jornadas extensas e irregulares, exposição a riscos de acidentes e violência, além da incerteza quanto aos rendimentos. A ausência de direitos trabalhistas como férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado, seguro contra acidentes de trabalho e aposentadoria deixa esses trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

A precarização do trabalho por plataformas manifesta-se também na transferência integral dos riscos da atividade econômica para o trabalhador. Diferentemente de um emprego formal, onde o empregador assume responsabilidades sobre as condições de trabalho e os instrumentos necessários para sua realização, no modelo das plataformas digitais o motorista precisa arcar com todos os custos operacionais. A aquisição ou financiamento do veículo, os gastos com combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro do automóvel, licenciamento e eventuais multas de trânsito representam despesas significativas que reduzem drasticamente os rendimentos líquidos desses trabalhadores.

6

Essa estrutura de custos, muitas vezes subestimada ou ignorada pelos próprios motoristas no início da atividade, revela-se um elemento central da exploração inerente a esse modelo de negócio. As plataformas apresentam estimativas de ganhos que raramente consideram a depreciação acelerada dos veículos, o desgaste físico e psicológico do trabalhador ou os períodos de ociosidade entre corridas. O resultado é uma ilusão de rentabilidade que se desfaz quando confrontada com a realidade dos gastos mensais e com a ausência de qualquer proteção social em casos de doença, acidentes ou impossibilidade temporária de trabalhar.

A vulnerabilidade desses trabalhadores intensifica-se quando consideramos a ausência de organização coletiva e representação sindical efetiva. Classificados como trabalhadores autônomos ou parceiros, os motoristas de aplicativo enfrentam dificuldades para articular reivindicações e negociar melhores condições com as plataformas. A atomização da categoria, dispersa territorialmente e conectada apenas virtualmente, dificulta a construção de solidariedade e ação coletiva. As empresas, por sua vez, valem-se dessa fragmentação para impor unilateralmente alterações nas taxas de repasse, nas regras de funcionamento e nos

critérios de avaliação, sem que haja espaço para contestação ou diálogo genuíno com os trabalhadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de jovens no trabalho por plataformas de mobilidade urbana em Sinop-MT mostra um fenômeno que representa o mundo do trabalho contemporâneo. O trabalho por plataformas caracteriza-se como mais uma modalidade de precarização, na qual promessas de autonomia e flexibilidade escondem realidades de exploração, instabilidade e ausência de direitos.

Para a juventude, que tem sido impactada pelos processos de reconstrução do mercado de trabalho formal, as plataformas digitais não se apresentam, em grande medida, como uma escolha livre e plenamente consciente. Ao contrário, configuram-se como uma alternativa possível diante da escassez de oportunidades de inserção profissional. A análise desse fenômeno reforça a necessidade de questionar as narrativas que associam o trabalho em plataformas ao empreendedorismo e à inovação tecnológica, pois esses discursos frequentemente ocultam as relações de poder, controle e exploração que sustentam esse modelo de trabalho.

Por fim, compreender a realidade vivenciada pelos jovens motoristas de plataforma no município de Sinop requer o aprofundamento de investigações que deem visibilidade às vozes desses trabalhadores e às suas percepções e experiências cotidianas. Essa pesquisa contribui para ampliar o debate sobre o trabalho mediado por plataformas digitais, inserindo-o em uma reflexão mais ampla acerca do futuro do trabalho e das transformações contemporâneas nas relações trabalhistas.

7

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DRUCK, Graça. **Terceirização e precarização:** o binômio antissocial. São Paulo: Boitempo, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Produto Interno Bruto dos Municípios 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municípios.html>. Acesso em: 15 set. 2025.



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN  ACCESS

OLIVEIRA, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a investigação em educação. *Educar em Revista*, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018.